



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Sector Transportes O.R. Lisboa

Indemnizações Compensatórias 2015
O saque continua: Financiar o privado, descapitalizar o público!

Foi ontem publicada a Resolução do Conselho de Ministros (n.º 31/2015 de 13 de Maio) com as Indemnizações Compensatórias para 2015. No que respeita aos transportes públicos, podemos resumir as verbas distribuídas da seguinte forma:

(Milhares €)

	4_18	Sub_23	Social+	Intermodal	IC's	Concessões	Total
Carris	751,1	666,8	1318,9	0,0			2736,8
STCP	430,3	383,3	1658,9	3216,4			5688,9
CP	396,2	756,0	1160,1	291,2			2603,5
Metro Lisboa	565,7	579,1	969,0	0,0			2113,8
Metro Porto	228,9	712,7	914,8	1009,8			2866,2
Soflusa	38,0	67,7	137,7	0,0	306,9		550,3
Transtejo	32,6	38,3	102,0	0,0	1241,2		1414,1
Municipais	125,8	132,4	59,6	647,8			965,6
Rodoviárias Privadas	5825,0	2302,7	1398,8	7859,0			17385,5
Ferrovíárias Privadas	151,4	418,2	212,0			9834,0	10615,6

Como é fácil de constatar, trata-se de um escândalo com várias facetas. **O principal escândalo prende-se com a distribuição destas receitas entre operadores privados e públicos.** Quase 28 milhões para os operadores privados e menos de 19 milhões para os operadores públicos. Mas esse escândalo só adquire as suas verdadeiras e épicas dimensões quando se comparam as verbas recebidas com o número de passageiros transportados. Um primeiro exemplo. Compare-se a situação no transporte ferroviário da AM Lisboa:

	Total IC's recebidas	Passageiros	Apoio por passageiro
Ferrovíárias Públicas AML (ML e CP Lisboa)	4717,3	209723	0,02 €
Ferrovíárias Privadas AML (Fertágus e MST)	10615,6	28650	0,37 €

Outro exemplo prende-se com o escandaloso afastamento das empresas públicas das compensações pelo passe social intermodal na região de Lisboa. O facto destas nada receberem agrava o facto, já apurado pelo próprio Tribunal de Contas, de que as empresas públicas são igualmente discriminadas na distribuição das receitas desses passes realizada pela AMTL. Veja-se como são pagas as compensações e o peso que deveria assumir face ao peso relativo de cada empresa na utilização do sistema intermodal de acordo com o último inquérito à mobilidade reconhecido:

	Percentagem Medida de utilizadores no IM 2007	Compensação pelo Passe Intermodal na AML paga em 2015	Compensação que cada empresa deveria receber de acordo com o princípio aplicado às Rodoviárias privadas
Carris	37,80%	0,0	15791
CP	16,50%	0,0	6893
Metro Lisboa	22,90%	0,0	9566
Soflusa	2,10%	0,0	877
Transtejo	3,00%	0,0	1253
Rodoviárias Privadas	17,10%	7145,0	

Ou seja, a atribuição de Indemnizações Compensatórias não só se afastou completamente do seu objectivo inicial – compensar as empresas pela prestação de um serviço público a preços inferiores aos custos de produção – como se transformou num mecanismo mais de subsidiação das empresas privadas que parasitam o sector, que apesar de assumirem uma parte muito pequena do sistema são já os grandes beneficiários com verbas do Orçamento de Estado.

Para terminar, queremos contrastar as verbas recusadas às Empresas Públicas Metro e Carris com as escandalosas rendas garantidas nos cadernos de encargos dos processos de subconcessão do Metropolitano e da Carris actualmente em curso – mais de 230 milhões anuais à cabeça para o futuro detentor da subconcessão – para sublinhar a perversão total em curso do sistema de transportes públicos. O facto de essas verbas serem asseguradas ao privado por via do futuro endividamento das actuais empresas públicas só confirma o quão errada e pouco transparente é a política que está a ser seguida.

O PCP levará esta perversão do sistema de Indemnizações Compensatórias à Assembleia da República, e apela à intensificação da luta dos trabalhadores e dos utentes contra a política de direita que está a degradar o sistema de transporte públicos e a transformá-lo num negócio rentável para meia dúzia de parasitas à custa dos utentes, dos trabalhadores e do Orçamento de Estado.

O Sector dos Transportes da OR Lisboa do PCP
14 Maio 2015